

Ciência em Foco

Volume XIII

Bruno Rodrigues de Oliveira
Alan Mario Zuffo
Jorge González Aguilera
Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo
Aris Verdecia Peña
org.



Pantanal Editora

2023

Bruno Rodrigues de Oliveira
Alan Mario Zuffo
Jorge González Aguilera
Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo
Aris Verdecia Peña
Organizadores

Ciência em Foco
Volume XIII



Pantanal Editora

2023

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Profa. MSc. Adriana Flávia Neu
Profa. Dra. Allys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Profa. MSc. Aris Verdecia Peña
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez
Profa. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Profa. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Profa. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Profa. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Profa. Dra. Patrícia Maurer
Profa. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
MSc. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Profa. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Rede Municipal de Niterói (RJ)
UNMSM (Peru)
UFMT
Mun. de Chap. do Sul
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB
UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

C569

Ciência em foco - Volume XIII / Organizadores Bruno Rodrigues de Oliveira, Alan Mario Zuffo, Jorge González Aguilera, et al. – Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2023.

Outros organizadores: Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo, Aris Verdecia Peña.

Livro em PDF

ISBN 978-65-81460-97-6

DOI <https://doi.org/10.46420/9786581460976>

1. Ciência. 2. COVID-19. 3. Justiça. I. Oliveira, Bruno Rodrigues de (Organizador). II. Zuffo, Alan Mario (Organizador). III. Aguilera, Jorge González (Organizador). IV. Título.

CDD 501

Índice para catálogo sistemático

I. Ciência



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

Nesta décima terceira edição da coletânea *Ciência em Foco*, continuamos trazendo pesquisas científicas nas mais variadas áreas do conhecimento. A interdisciplinaridade deve ser um alvo sempre buscado pelos pesquisadores, pois a “ciência” é construída empregando alicerces em várias outras “ciências”. É esta coesão que tem proporcionado tantas evoluções nas mais distintas áreas do conhecimento humano, sejam em áreas mais afetadas pelas tecnologias, sejam em áreas onde as relações humanas são o cerne dos estudos.

Nesta edição, no Capítulo 1, os autores trazem uma discussão sobre um conceito basilar da matemática financeira: a capitalização. Eles abordam as três principais formas, a saber: contínua, composta e simples. A proposição geral consiste em apresentar uma formulação para a capitalização contínua. Nas palavras dos autores: “Procura-se, como um primeiro objetivo, a partir do princípio de variações infinitesimais, deduzir a expressão mais geral para a equação do montante na capitalização contínua e apresentar situações-problemas em que só se pode usá-la para resolver o problema.”

No capítulo 2, que apresenta resultados de uma pesquisa internacional realizada em Cuba, o autor discorre sobre a experiência da gestão educativa em um curso de engenharia mecânica. Esta pesquisa busca identificar as potencialidades e fragilidades da gestão educacional durante a fase de transição para a educação remota – consequência do estado de emergência decorrente da Pandemia causada pela COVID-19 –, “através da experiência da implementação da modalidade remota na carreira de ciências técnicas na Universidade do Leste”.

O capítulo 3 também apresenta os resultados de uma pesquisa internacional, mas esta realizada no Peru. O autor apresenta uma discussão profunda sobre “Pautas Jurídicas para uma nova Constituição Peruana”, discorrendo sobre os limites constitucionais, utilizando uma abordagem qualitativa, com o objetivo de entendê-los e interpretá-los, “observando que nesse tipo de pesquisa não se busca medir variáveis, bem como não se busca testar hipóteses”.

Continuando nos temas multidisciplinares, no capítulo 4, os autores discutem sobre a formação territorial do município de Feira de Santana-BA, um dos mais importantes do estado e da região nordeste, devido a sua localização, possuindo uma atividade econômica e industrial intensa e vibrante, o que garante uma posição privilegiada para a circulação de capitais, bens e serviços. De acordo com os autores seu principal objetivo é “apresentar, de forma histórica e linear, o crescimento populacional municipal e suas subdivisões, dentro dos distritos do município para justificar a demanda populacional e seu ordenamento territorial, com destaque para a população rural distrital.”

No de número 5, os autores apresentam uma revisão bibliométrica sobre a produção científica relacionada a qualidade de vida de idosos na pandemia de COVID-19. Eles buscam com a pesquisa responder algumas perguntas, como: “quais áreas do conhecimento produziram publicações, onde essas publicações estão sendo realizadas, quais são os principais periódicos, quais são os tipos de publicações e quais os principais autores dessas publicações, assim sendo.”

No último capítulo, o de número 6, redigido em língua inglesa, os autores objetivam investigar a eficácia do uso do Google Classroom, e outros recursos da plataforma Google for Education e Chromebooks na aprendizagem de estatística básica para estudantes do ensino fundamental. A pesquisa apresentada foi realizada com cerca de 240 estudantes do 7º ao 9º ano de uma escola pública do estado de Mato Grosso. Os resultados obtidos “mostraram que os estudantes apresentaram melhores resultados no pós-teste, quando comparados com outros conteúdos estudados no mesmo ano utilizando outras abordagens”. Tais resultados sugerem que o uso das plataformas investigadas pode melhorar o aprendizado dos estudantes em estatística básica.

Esperamos que cada uma das pesquisas aqui apresentadas possam ser úteis para fomentar novas pesquisas relacionadas, seja como continuação dos resultados apresentados ou na mescla multidisciplinar dos temas tratados. Desejamos também que tais pesquisas ajam como guia para as decisões, principalmente pelos governos e políticos, para as quais elas fornecem os subsídios necessários.

Uma excelente leitura a todos.

Os Organizadores

Sumário

Apresentação	4
Capítulo I	7
Transitando matematicamente entre as Capitalizações Contínua, Composta E Simples	7
Capítulo II	18
Experiencia de la Gestión Educativa No Presencial en la Carrera Ingeniería Mecánica de la Universidad de Oriente, Cuba	18
Capítulo III	25
Pautas jurídicas para una nueva Constitución Política Peruana: A propósito de sus límites constitucionales	25
Capítulo IV	40
Formação territorial e crescimento populacional do município de Feira de Santana - Bahia	40
Capítulo V	56
Perfil da produção científica sobre qualidade de vida e idosos na pandemia de COVID-19: uma Revisão Bibliométrica	56
Capítulo VI	67
Assessing the Impact of Google Classroom and Chromebooks on Basic Statistics Learning Outcomes through a Cross-Sectional Study in a Public School in Mato Grosso, Brazil	67
Índice Remissivo	81
Sobre os organizadores	82

Formação territorial e crescimento populacional do município de Feira de Santana - Bahia

Recebido em: 16/05/2023

Aceito em: 22/05/2023

 10.46420/9786581460976cap4

Wodis Araujo^{1*} 

Alessandra Teles² 

INTRODUÇÃO

Feira de Santana é o segundo município do estado da Bahia, em população, e o primeiro da região Nordeste do Brasil. Sua população em 2020 foi estimada em mais de 600 mil/habitantes, e em números populacionais ultrapassou oito capitais de estado do país. Sede da maior Região Metropolitana do Nordeste, mais de 1 milhão de pessoas circulam por sua cidade diariamente. Possui intensa e vibrante atividade econômica e industrial, pois está localizada no maior entroncamento rodoviário do nordeste brasileiro, o que garante uma localização privilegiada por onde circula os fluxos de capitais, bens e serviços por sua cidade, mas também gera impactos no espaço rural do município, ordenando novas ruralidades.

Nosso objetivo é apresentar, de forma histórica e linear, o crescimento populacional municipal e suas subdivisões, dentro dos distritos do município para justificar a demanda populacional e seu ordenamento territorial, com destaque para a população rural distrital. Buscamos explicar como a demografia, os fluxos migratórios e a dinâmica populacional no município favoreceram a formação de uma região metropolitana e, por outro lado, o esvaziamento populacional do espaço rural municipal, gerando novas ruralidades. Partimos de uma metodologia de pesquisa do acervo bibliográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, censos demográficos e também censos agropecuários, iniciando o levantamento a partir do ano de 1950. Assim, poderemos compreender o espaço urbano e rural do município, propondo políticas e ações governamentais no município de Feira de Santana, para atender sua população.

¹ Wodis Kleber Oliveira Araujo. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.

² Alessandra Oliveira Teles. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. E-mail: aoteles@uefs.br.

*Autor correspondente: Wodis Kleber Oliveira Araujo - wkoraujo@uefs.br.

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO

O povoamento da bacia do rio Paraguaçu teve início na região do Recôncavo baiano³, após o “Descobrimento do Brasil”. A ocorrência desse processo esteve intrinsecamente associada à expansão colonial da cultura da cana-de-açúcar, seguida da fumicultura e da pecuária, no século XVII. A *plantation*⁴ foi a forma de ocupação da Coroa Portuguesa nas colônias. A criação de animais, primeiro para trabalho e depois para alimentação, foi uma atividade que colocou as áreas de criação como zonas secundárias, pois especialmente o litoral nordestino apresentava grande potencial para a implantação dos engenhos de açúcar⁵. (Furtado, 2003a; Moreira, 2012).

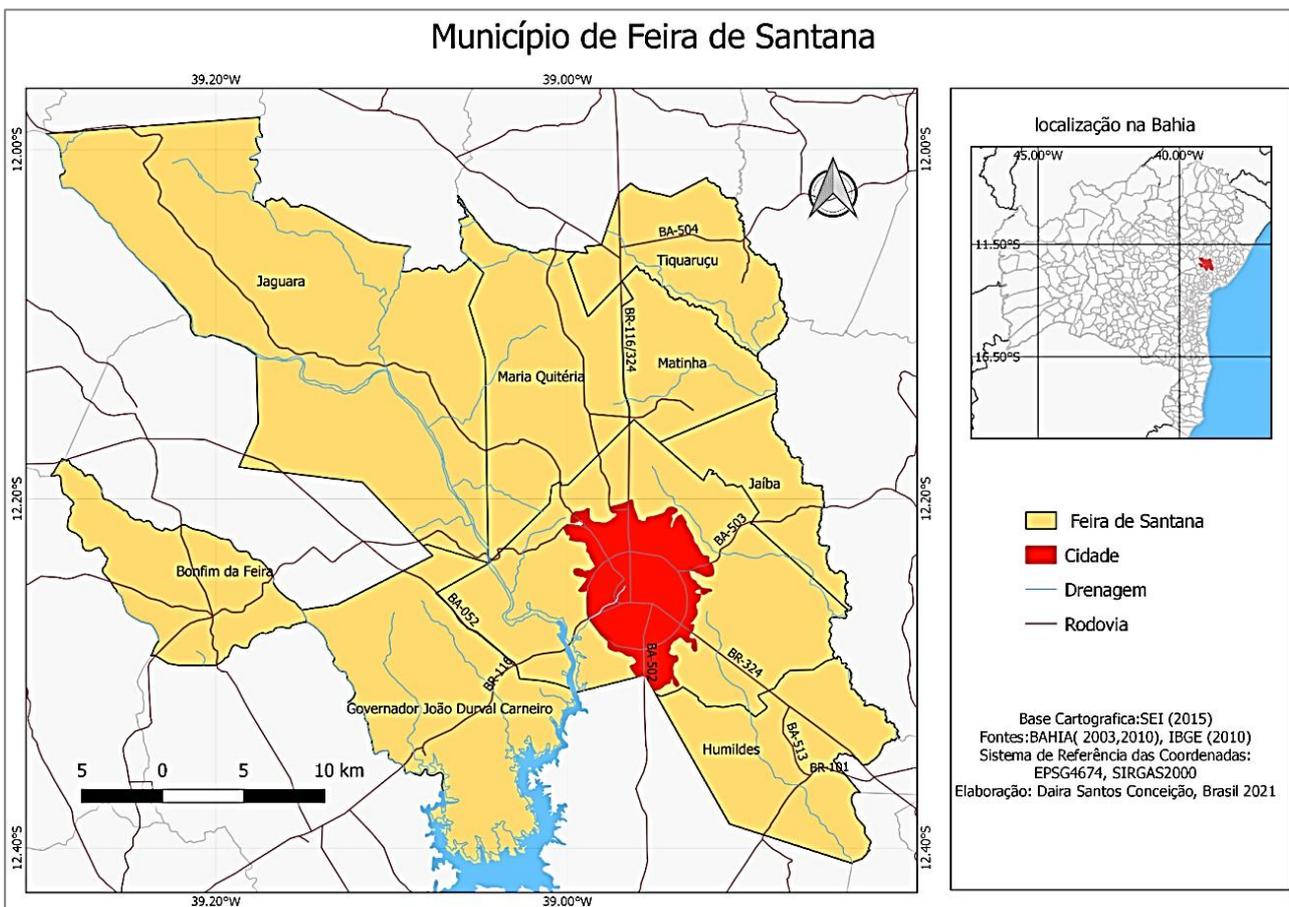


Figura 1. Município de Feira de Santana - Bahia. Elaboração: Daira Santos Conceição, 2021.

A bacia do rio Paraguaçu, onde está localizado o município de Feira de Santana (Figura 01), foi ocupada no início do século XVII, tendo como principal causa a necessidade de pouso dos tropeiros e das boiadas, vindos do estado de Minas Gerais e outras regiões do Sertão⁶; dando origem a núcleos

³ É a região geográfica localizada ao redor da Baía de Todos os Santos, que abrange não só o litoral, mas também todo o interior que circunda a Baía. (Freitas, 2014).

⁴ *Plantation* - sistema de produção agrícola, característico do processo de colonização europeia - principalmente nas Américas -, instalado no mundo tropical e caracterizado pela monocultura e latifúndio exportador. (Moreira, 2012).

⁵ Esse tema também pode ser encontrado nas obras dos autores: Caio Prado Jr, 2004; Manuel Correia de Andrade, 1987, 1988.

⁶ O termo Sertões, aqui apresentado, designa todas as áreas, ainda não desmatadas, fora da influência do litoral, em qualquer parte do Brasil, que apresentem perigo de ataque de indígenas ou possibilidade de riqueza mineral ou de especiarias (as drogas

populacionais como as antigas vilas de Currealinho e Camisão (atuais municípios de Castro Alves e Ipirá, respectivamente) e a sesmaria^{7,8} Santana dos Olhos D'água, para o município de Feira de Santana, entre outros. O transporte do gado do Recôncavo Baiano, em direção às áreas de exploração de ouro, também contribuiu para o povoamento das áreas dos sertões localizadas no médio rio Paraguaçu, entre os atuais municípios de Feira de Santana e Rui Barbosa.

Nos últimos anos do século XVII, descobriu-se ouro nos atuais estados de Minas Gerais e Bahia; no caso da Bahia, no planalto da Chapada Diamantina, no século XVIII (Neves, 1998). Este fato provocou, por um lado, o deslocamento de grandes massas populacionais para o interior da Bahia, onde se iniciou a ocupação; e, de outro, a multiplicação das fazendas de gado, estabelecimentos dedicados à criação de gado no semiárido baiano e nos demais estados do Nordeste.

Na incorporação do Sertão, um regulamento da Coroa portuguesa estabelecia que a pecuária não poderia ser realizada a menos de 10 léguas (60 km) do litoral (Popino, 1968), para não comprometer o plantio da cana-de-açúcar. Inicialmente cultivada no Recôncavo da Bahia, tendo como porta de entrada a cidade de Salvador. Segundo Santos (1959, p. 38), o Recôncavo Baiano sempre foi a zona de abastecimento da capital baiana, o cinturão verde da cidade.

A pecuária foi responsável pelo povoamento do sertão nordestino. Assim, historicamente constituiu um excelente instrumento de expansão e colonização do interior do Brasil. Com ela surgiram muitas feiras livres, dando origem a importantes centros urbanos, como a cidade de Feira de Santana. A pecuária extensiva é a principal referência para a formação do município de Feira de Santana (Andrade, 1987). Devido à facilidade de locomoção pelo rio Paraguaçu, os primeiros assentamentos foram os atuais

do sertão). Los Bandeirantes refere-se ao interior dos atuais estados de São Paulo e Goiás, como a mata virgem. Hoje usamos o termo Sertão para designar uma área fitogeográfica do Nordeste brasileiro (Freitas, 2013).

⁷ Sesmaria foi um instituto jurídico Português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção no Brasil, como também em outras colônias portuguesas. Referia-se a taxa cobrada pela Coroa Portuguesa aos donatários de terras no Brasil, que foi a – sexta parte de tudo que a “propriedade” produzisse em riqueza no referido ano. E também todas as obrigações que seu donatário tinha para fazer sua sesmaria produzir com base nas leis de posse da época. (Holanda, 1995).

⁸ Medições antigas e regionais:

Uma tarefa baiana equivalente a um quadrado onde cada lado tem 66m, resultando em 4356m². Um hectare (ha) segue a mesma regra, onde cada lado tem 100m, resultando em 10.000m². Um hectare corresponde a 2,29 tarefas baianas, assim como uma braça, medida arcaica usada para medir tarefas, corresponde a 2,20m, que é a altura média de um homem de 1,70m, onde 30 braças correspondem a uma tarefa.

Tarefa: medida agrária composta por terras para cana-de-açúcar equivalentes a 3.630m² no estado do Ceará. 3.025m²; nos estados de Alagoas e Sergipe e 4.356 m² na Bahia.

Braça: do latim brachia - plural de brachin (braço). Antiga unidade de medida de comprimento, equivalente a 10 palmos ou 2,2ms (Brasil). Palma = 8 polegadas = 22 cm. Braça também é uma unidade de comprimento no sistema inglês equivalente a aproximadamente 1,8 ms.

Praça de Braça (Brasileira): medida agrária utilizada no estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e igual à tarefa em Alagoas e Sergipe: 3.052m² (1 braça = 2,2 m || 30 braças = 66 ms || 30 x 30 braças = 4.356 m² = chave quadrada).

Baiana Tarefa: corresponde a uma área de 30 x 30 braços. Portanto, uma tarefa equivale a 4.356m². Aconselha-se cautela, pois existem outras medidas de tarefas em outros estados. Esse é o usado na Bahia.

Alqueirão: é a medida utilizada em uma região que inclui o estado de Cabralia (hipotético). Equivalente a 4 alqueires de mineração tradicional. Cabralia seria o resultado da divisão do extremo sul da Bahia e do nordeste de Minas Gerais, ideia da época do Império (ditado popular). Nesta região, a medida de 80 medidas de milho também é utilizada como 1 'alqueirim'.

municípios de Cachoeira, Santo Amaro e Maragogipe, principalmente por terem sido os primeiros assentamentos e possuírem os engenhos de açúcar mais importantes do Recôncavo, segundo Ott (1996).

Em função da expansão do povoamento em direção ao interior do Brasil e devido ao crescimento econômico e desenvolvimento de alguns distritos e vilas, a área do município de Cachoeira, que inicialmente cobria quase toda a bacia do rio Paraguaçu, foi fragmentada, o que permitiu o surgimento de novos municípios, sendo que em 1889 eram 11. O município de Feira de Santana teve sua origem no desmembramento do município de Cachoeira, em 1833 (Popino, 1968; Freitas, 1998; Gomes, 1999; Freire, 2011).

A importância da cidade de Cachoeira, como entreposto, foi no processo de expansão territorial, já que os pioneiros utilizaram os rios como vias de acesso ao interior do Brasil. O rio Paraguaçu era a rota dessas entradas, que eram percorridas de barco até uma cachoeira que dificultava a navegação (está parada logo se transformou em vila, atual município de Cachoeira). O desmembramento do município de Cachoeira deu-se pelo desenvolvimento econômico que os novos futuros municípios apresentavam (antigas freguesias); com plantações de cana-de-açúcar e fazendas que produziam fumo, algodão e gado. O dinamismo econômico manteve-se e a divisão política continuou a evoluir, passando para 20 municípios em 1940 e mais 32 novos municípios 1970. Todos eles desmembrados do território do município de Cachoeira.

Assim, o processo de formação territorial do município de Feira de Santana seguiu uma estratégia de povoamento e cobranças de impostos territoriais, adotada pela Coroa portuguesa, aqui no Brasil como em outras colônias, que foi o sistema de sesmaria. Gomes (1999, p. 20), descreve que para a origem do município foi doada uma sesmaria ao seu donatário, e relata que: “[...] a vasta sesmaria de Tocós, que incluía o futuro município de Feira de Santana, foi doada a António Guedes de Brito. [...]”. No entanto, Neves (1998, p. 50) cita: “Muito se tem escrito sobre os enormes latifúndios adquiridos por Antônio Guedes de Brito Correia e seu filho Antônio Guedes de Brito, por meio de doações de representantes do Governo Português no Brasil, por meio da instituição sesmaria”.

Sobre o processo de formação das sesmarias, Manuel Correia de Andrade (1988, p.31) comenta: “O sistema introduzido pela colonização consagrou a grande exploração agrícola - as sesmarias tinham, em geral, grandes extensões -. [...] A penetração no sertão, iniciada no século XVI, visava a produção de animais para trabalho e alimentação para a população que se adensava na área canavieira”. Nesse sentido, o autor também destaca que: “As sesmarias logo se tornaram a base de propriedades nobres onde foram construídas casas fortificadas, engenhos de açúcar, engenhos de farinha, currais, etc., que simbolizavam a posse da terra por senhores poderosos e a efetiva ocupação de terras”. (Andrade, 1979, p. 48).

Menezes (1999) também destaca a importância da sesmaria na formação política do Nordeste, como elemento de estruturação espacial do território. No contexto do sertão, a instalação de fazendas de gado, nas sesmarias, sendo essas sesmarias extensos latifúndios. Alberto Passos Guimarães (1989, p.62) escreve sobre o assunto dizendo: “Surgia a fazenda, como um segundo tipo de domínio de latifúndio,

que, de início, ligava o seu nome unicamente à pecuária e, depois, servia para designar quaisquer outras grandes propriedades destinadas a agricultura”.

As terras atualmente ocupadas pelo município de Feira de Santana tornaram-se sesmarias no século XVII, foram reincorporadas à Coroa portuguesa e redistribuídas entre fazendeiros, dando origem à Fazenda Santana dos Olhos D'Água. Em meados do século XIX, o Arraial Sant'Ana dos Olhos D'Água já havia sido elevado à categoria de Povoado. Em 1832, o povoado foi elevado à categoria de vila. A Lei Provincial nº 1.320, de 16 de agosto de 1873, elevou a vila à categoria de cidade, recebendo a denominação de Cidade Comercial de Feira de Santana. Somente por meio do Decreto Estadual nº 11.089, de 30 de novembro de 1938, a denominação foi simplificada para - Feira de Santana (Freitas, 2013).

Na obra de Silva (1985) - O subsistema urbano regional de Feira de Santana; já apontava para uma possibilidade de metropolização, fruto de uma dinâmica crescente no município e seu entorno em decorrência de diversas ações governamentais de infraestrutura, tendo como ponto de partida o Centro Industrial de Subaé - CEI, apresentado na obra de Freitas (1998).

Em 7 de novembro de 1976, foi inaugurado o – Centro de Abastecimento de Feira de Santana – (CEASA), pondo fim à hegemonia de uma das maiores feiras livres do mundo, que deu origem à cidade e a manteve em destaque nacional por mais de 150 anos (Santos 2009; Araujo, 2014). A justificativa para o fim da feira livre no centro da cidade foi um surto de modernização que a cidade, o estado e o país viviam e, principalmente, a consolidação do CIS, que deu à cidade “ares” de modernidade e harmonia com o desenvolvimento nacional (Freitas, 1998). A política da CEPAL entrou em ação no município (Oliveira, 1976, 1993). Porém, a resistência dos feirantes e o conflito com os comerciantes não elevou a Central de Abastecimento à condição real de CEASA, pois mantém as características peculiares de feira livre, entrelaçando o comércio varejista com o atacadista, os box's e stands com as barracas de pechinchas ao ar livre.

A formação territorial do município se materializa com a criação da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) em 6 de junho de 2011, por meio da Lei Complementar nº 35, que entrou em vigor em 7 de junho de 2011, data que o decreto foi publicado no Diário Oficial da Bahia. Embora as cidades de Salvador e Feira de Santana estejam distantes aproximadamente 109 km, suas regiões metropolitanas são limítrofes, uma vez que o município de Amélia Rodrigues (RMFS) limita-se ao município de São Sebastião do Passé, na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Concluída a incorporação das demais cidades, as duas regiões metropolitanas da Bahia terão uma população de mais de 4,5 milhões de habitantes, dividida em 29 municípios que representam praticamente mais de 30% da população baiana.

DEMOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

No século XVII, os primeiros habitantes do futuro município de Feira de Santana não passavam de algumas dezenas. Habitantes fixos, já que o local era uma rota entre o litoral e os sertões. Segundo Gomes (1999, p. 20), em 1825, o povoado de Feira de Santana tinha um aglomerado de cerca de 3 a 4 mil habitantes. Somente em 1872, com uma população de 32.955 habitantes, já a condição de município, com base na Lei Provincial nº 1.320 é que o município passe a ser regularmente recenseado no censo demográfico.

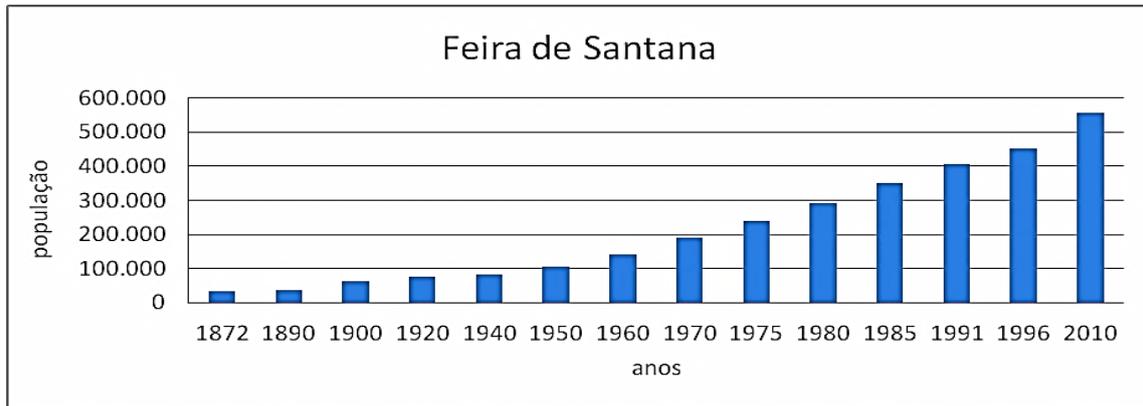


Figura 2. Município de Feira de Santana. Crescimento populacional – 1872-2010. Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1950 a 2010. Adaptação dos autores.

Da origem do aglomerado urbano até o ano de 1872, a evolução da cidade foi marcada por um período de lento crescimento, refletindo os importantes esforços de valorização de sua área, atraindo recursos governamentais (Santos, 2009, p. 41), e de suas atividades econômicas, especialmente a intensa atividade comercial. De 1872 até o presente, um período ainda muito longo, o município é marcado por um período de rápido crescimento provocado pelas atividades agrícolas. Em 1950, o município atingiu o contingente populacional de mais de 100.000 habitantes. No entanto, a população urbana supera a rural, com 70,63% dos habitantes residindo na sede ou distritos, em 1970, quando ela chega quase a acrescentar quase 100 mil habitantes por década (Figura 2).

A (Figura 3), mostra a evolução do crescimento populacional do estado da Bahia, em comparação com a evolução do município de Feira de Santana (Figura 02) onde as colunas de cada Figura, entre 1872 a 2010 apresentam a mesma curvatura ascendente, parece-nos, em especulações, que os fatores que favoreceram o crescimento do estado poderiam ter sido semelhantes aos mesmos que atuaram no município. Assim, há um crescimento populacional acelerado no município de Feira de Santana, onde, em média, a cada Censo Demográfico é adicionado um contingente populacional de 50 mil habitantes, fazendo com que o gráfico apresente uma curva de crescimento, a partir de 1950, semelhante àquela do estado da Bahia, no mesmo período.

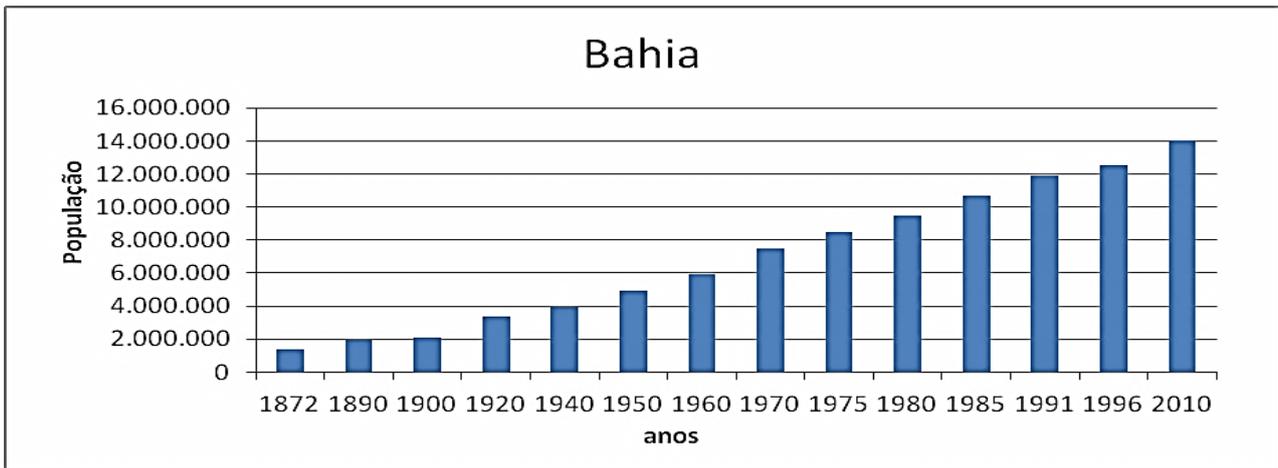


Figura 3. Estado da Bahia. Crescimento populacional – 1872-2010. Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1950 a 2010. Adaptação dos autores.

Segundo Gomes (1999, p. 22), no período compreendido entre as décadas de 1950 e 1960, houve a emancipação política dos municípios de Tanquinho, Coração de Maria, Irará, Angüera, Santanópolis, Santa Bárbara, que pertenciam ao território do município de Feira de Santana. No entanto, a escalada populacional crescente permanece constante, mesmo com a perda da população que comporia esses novos municípios.

Isso mostra que o fenômeno da urbanização e modernização das atividades econômicas no Brasil, ocorrido a partir de 1950, sustentado principalmente pelo capital estrangeiro e posteriormente pelo capital nacional, onde as principais cidades que possuíam infraestrutura urbana tiveram um desenvolvimento mais acelerado, fazendo com que o país fosse urbanizado após 1970, mesmo período para a cidade de Feira de Santana. Destacamos que o argumento do número de habitantes não reflete necessariamente a taxa de urbanização, pois na década de 1970 a cidade de Feira de Santana tinha apenas 30% de sua área urbana coberta por rede de esgoto (Ferreira, 2011).

Essa modernização a que nos referimos, como responsável pelo desenvolvimento urbano e industrial do país, trouxe consigo problemas sociais, econômicos e territoriais, pois a modernização da economia atraiu mais trabalhadores do que as novas atividades poderiam absorver, resultando no desemprego (Sposito, 1994); nesse contexto acelera-se o crescimento do subemprego, promovendo a expansão e diversificação das atividades que constituem o circuito inferior da economia (Santos, 1979, p. 50).

Podemos dizer também que o setor terciário da economia recebe uma classificação de inchado, quando abriga um grande contingente de subempregados em empregos temporários e precários, com baixíssima remuneração (SEI, 2000). Essas afirmações podem ser percebidas na cidade de Feira de Santana, no número considerável de camelôs (1.680 camelôs cadastrados pela Câmara Municipal), que ocupam as calçadas das ruas: Marechal Deodoro, Sales Barbosa, Conselheiro Franco, entre outras (Araujo, 2014).

Outro problema apresentado, devido a essa modernização, é a formação de assentamentos subnormais (favelas). Atualmente, a cidade de Feira de Santana conta com mais de 20 agrupamentos (ano 2020). Isso se deve à sua localização, que, como antes, recebe fluxos migratórios em direção ao sertão-litoral, como também Nordeste-Sudeste, que interrompem seu trajeto na cidade por muitas vezes não conseguirem concluir sua migração para o suposto destino. Outros fatores como migração para a cidade, falta de planejamento urbano e infraestrutura precária, exclusão social e mudanças na economia também contribuem para a formação de assentamentos subnormais (Oliveira, 2014).

Para reduzir a pressão sobre a necessidade de habitação na cidade de Feira de Santana, uma das principais medidas foi a construção de conjuntos habitacionais. O primeiro, concluído em 1970, tinha a função de atender às necessidades dos servidores públicos do Estado. Construído fora do anel viário, deveria futuramente atrair o crescimento do centro urbano e comercial, nessa direção, passando a ser conhecido como o bairro “Cidade Nova”. Esse tipo de moradia é denominado Casa-Cidade (Rodrigues, 1994). O número de empreendimentos habitacionais não parou de crescer, atingindo hoje a cifra de 76 (ano 2020), distribuídos entre os programas habitacionais URBIS, INOCOOP, PLANOLAR, CEF e URBIS-CEF. Dentre eles, destaca-se o Conjunto Habitacional Feira X (pertencente ao bairro Muchila), com uma população de mais de 50.000 habitantes, o que o torna o maior conjunto habitacional do interior do Estado e o segundo da Bahia, atrás apenas do Conjunto Cajazeiras, em Salvador.

Essa monotonia de edificações espacializou outros conjuntos habitacionais (como Feira VII, Sérgio Carneiro, Luciano Barreto, Terra do Bosque, Luana, Sítio Matias) próximos ao Centro Industrial de Subaé - CIS, garantindo moradia aos supostos trabalhadores e suas famílias, reduzindo custos para indústrias com transporte e afastamentos de trabalhadores devido à distância de suas residências até o local de trabalho.

O município de Feira de Santana, em 2010, tinha uma população total de 556.642 habitantes, sendo 510.635 na zona urbana (495.965 na sede do município) e 46.007 na zona rural, o que significa uma redução populacional de 1,28%, em relação ao ano 2000, quando a população rural era de 46.607 habitantes (IBGE - Censo Demográfico, 2010). A sede do município de Feira de Santana possui a segunda maior população entre as cidades existentes no Estado da Bahia, com uma taxa de crescimento de 13,46% (na década de 2010) e uma densidade populacional de 408,51 habitantes/km², superada apenas pelo município de Salvador. Em 2020, sua população foi estimada em 619.609 habitantes, segundo o IBGE.

A pressão urbana na cidade de Feira de Santana também pode ser observada quando analisamos a população rural, que apresenta perdas significativas de seu contingente na ordem de 26.921 habitantes, entre os anos de 1950 - 2010, valor superior à população total dos distritos de Maria Quitéria e Jagüara juntos (distritos com maior população) em 2000 (IBGE - Censo Demográfico, 2010).

Quadro 1. Município de Feira de Santana. Crescimento absoluto e relativo da população, urbana e rural, 1940 – 2010. Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1940 a 2010. Adaptação dos autores.

ANOS	POP.	% *	POP.	% *	POP.	% *	TAXA DE	DENSIDADE
	TOTAL		URBANO		RURAL		CRESCIMENTO	POPULACIONAL
							% *	(hab./km ²)
1940	83.268	...	19.600	...	63.608	...	23,61	62,23
1950	107.205	28,75	34.277	74,35	72.928	14,65	31,97	80,12
1960	141.757	32,23	69.884	103,88	71.873	-0,59	49,31	105,94
1970	190.076	34,09	134.263	92,12	55.813	-22,34	70,63	142,05
1980	291.504	53,36	233.905	74,21	57.599	3,20	80,24	217,85
1991	406.447	39,43	348.973	49,44	56.875	-4,23	85,98	303,75
1996	450.487	10,84	393.943	12h70	56.544	-0,61	87,45	336,66
2000	481.137	6,37	431.530	8,71	46.607	-21,32	89,68	357,98
2010	556.642	1,55	510.635	15,49	46.007	-1,28	91,73	408,51

* Em relação ao ano anterior.

Dentre as possíveis justificativas para tais perdas de contingentes populacionais estão a implantação do CIS, o desenvolvimento de atividades comerciais, o fluxo pendular entre Feira de Santana - Salvador e Feira de Santana - Polo Petroquímico de Camaçari, áreas adjacentes e política fundiária. Não podemos esquecer que os municípios limítrofes com o município de Feira de Santana, e demais municípios que têm suas drenagens direcionadas para o entroncamento das rodovias municipais, também são responsáveis pelo rápido crescimento populacional da cidade. A dinâmica populacional do município de Feira de Santana, conforme demonstrado no Quadro 1, cresceu significativamente em 1970, passando de 70,63%; atingindo uma taxa de 91,73% de sua população residindo em áreas urbanas, em 2010.

Observando o quadro 01, percebemos que a perda da população rural municipal foi da ordem de 63,08% entre os anos de 1940 - 2010. Entretanto, para este mesmo período a taxa de crescimento populacional foi de 91,73%, o que comprova que a população a residência no campo, no município, não é a principal responsável pelo crescimento da população urbana em Feira de Santana, mas principalmente a imigração. Aqui se faz necessária uma análise mais profunda, na subdivisão regional do município, os distritos.

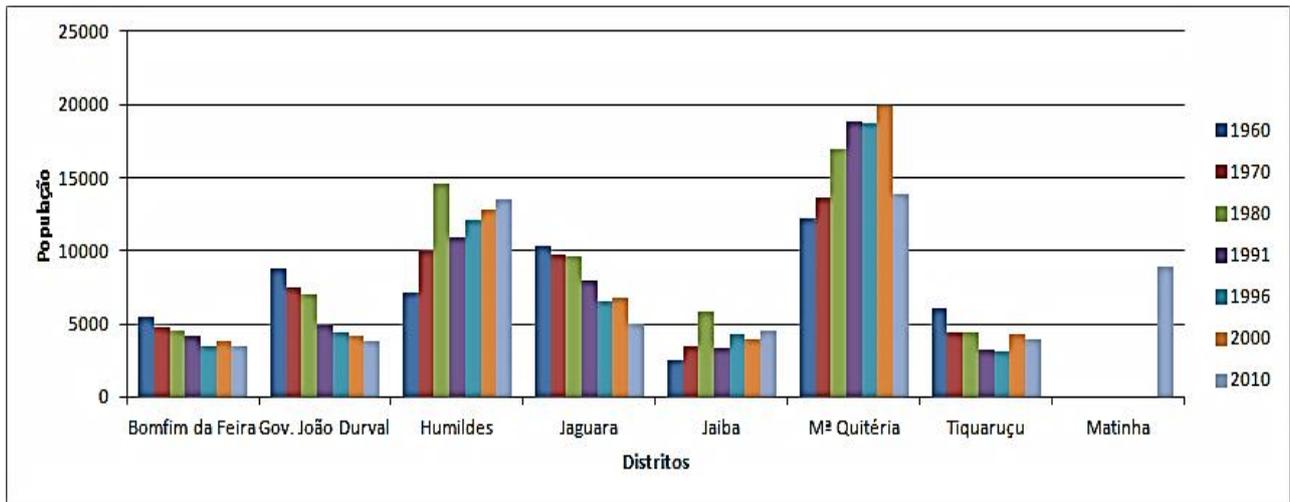


Figura 4. Município de Feira de Santana. População total dos distritos entre 1960-2010. Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1960 a 2010. adaptação dos autores.

Com uma população total de 556.642 habitantes no município em 2010, os distritos (Figura 4) possuem uma população total de 60.667 habitantes para o mesmo período, ou seja, 10,89% da população reside nessas localidades. Ainda 14.670 da população total dos distritos vivem nas sedes distritais, o que corresponde a 2,55% do total urbano; enquanto 42.526 vivem na zona rural dos distritos, representando 75,20% do total da população rural.

Os distritos com maior contingente populacional são Maria Quitéria e Humildes, com população total superior a 10.000 habitantes. As demais possuem população total entre 3.000 e 9.000 habitantes (IBGE - Censo Demográfico, 2010). Entre 1960 e 2010, todos os distritos tiveram crescimento populacional negativo, exceto Humildes, Maria Quitéria e Jaíba. No entanto, Jaíba tinha uma população urbana de apenas 956 habitantes. O distrito da Matinha só foi decretado em 2008, sem comparação com anos anteriores⁹ (Figura 5).

⁹ Conforme a consulta popular por plebiscito realizada entre a população local do futuro distrito de Matinha, apurou-se 2.248 eleitores totais e desses, 1.650 votam favoráveis a criação do distrito e 598 contra. Segundo o Censo do IBGE de 2010, o distrito de Matinha contava com um contingente populacional de 3.923 habitantes sendo 457 nas vilas e 3.466 na zona rural. O questionamento que se faz é? O que justifica elevar uma zona rural a condição de vila/urbana e a seus moradores o caráter de morador urbano se a população tem sua base econômica no campo? Uma questão a se observar sobre esse assunto, uma vez que os moradores tiveram a revisão dos seus programas de assistência rural, a exemplo PRONAF, suspensos por serem moradores urbanos. Só podemos especular ser essa uma estratégia da ampliação do quadro de cobrança de IPTU, para os fundos da Prefeitura Municipal, em relação a cobrança do ITR, além do entendimento do poder público que as ruralidades ali encontradas, junto com o intenso labor do trabalho acessório, associado ao tamanho das pequenas propriedades rurais, que justificam tais labores multifuncionais, pelo fato dos pequenos proprietários rurais não conseguirem se manter com o sustento de sua unidade familiar de produção.

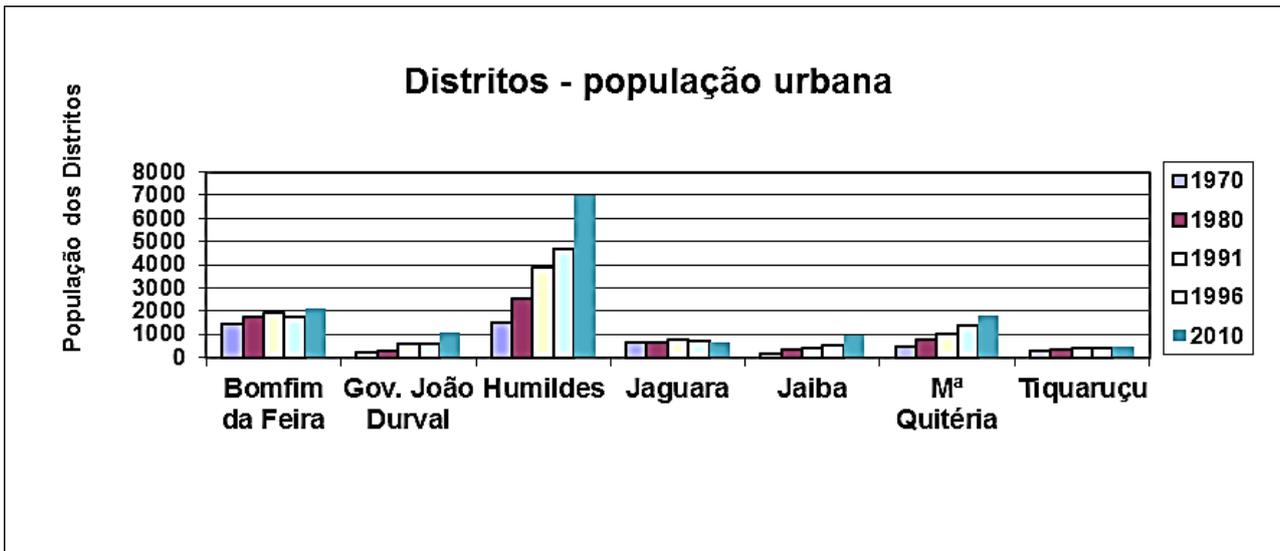


Figura 5. Município de Feira de Santana. Crescimento da população urbana dos distritos, 1970 a 2010. Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1960 a 2010. Adaptação dos autores.

Todos os distritos têm a população residente na zona rural acima da urbana, com um percentual de aproximadamente 50,0% a mais, como é o caso do distrito da Matinha com 93,52%. Porém, todos os distritos tiveram perdas de população rural, exceto o distrito de Jaíba (o distrito de Maria Quitéria por sua vez foi desmembrado e formou o distrito de Matinha), com destaque para o distrito de Governador João Durval com -62,40%. (Figura 05). A taxa de crescimento populacional manteve-se positiva, passando de 150,0%.

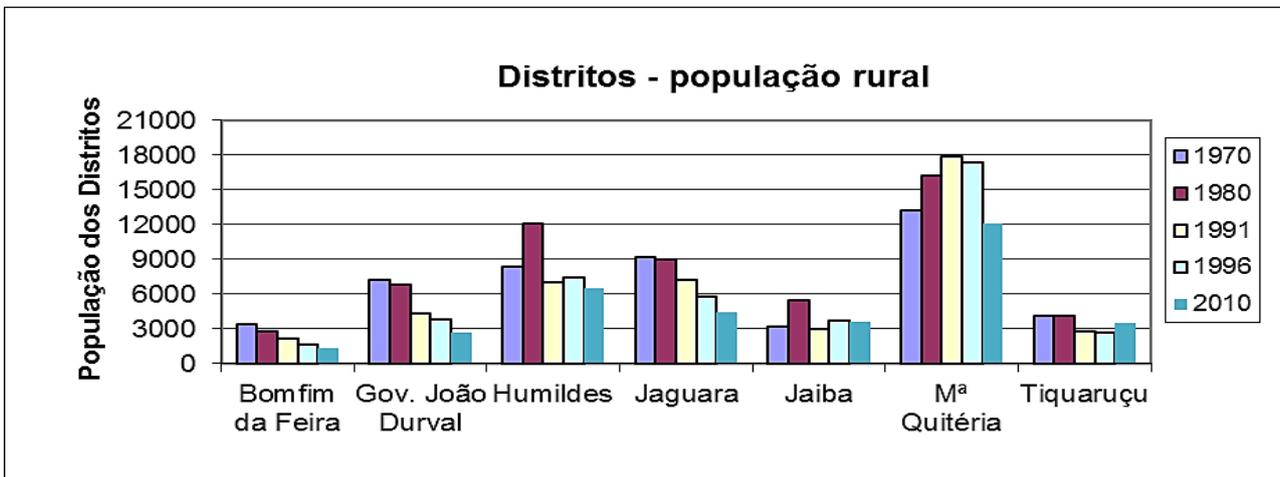


Figura 6. Município de Feira de Santana. Crescimento da população rural dos distritos, 1970 a 2010. Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1960 a 2010. Adaptação dos autores.

A análise dos dados da (Figura 6) sobre os distritos permite observar que: o maior e o menor crescimento da população total para o período 1960 - 2010 foi o distrito de Humildes com 35,71%; a maior e a menor população residente no campo (em 2010) foram os distritos de Matinha com 93,52% e Bomfim da Feira com 37,92%; as maiores e menores taxas de crescimento populacional no período 1970

- 2010 foram Jaíba com 519,56% e Bomfim de Feira com 149,85%; e a maior e menor perda de população rural, para o período 1970 - 2010, foi do governador João Durval - 62,40% Jaíba com 10,79% (sem perdas). Esses dados estão mais explícitos na (Figura 7).

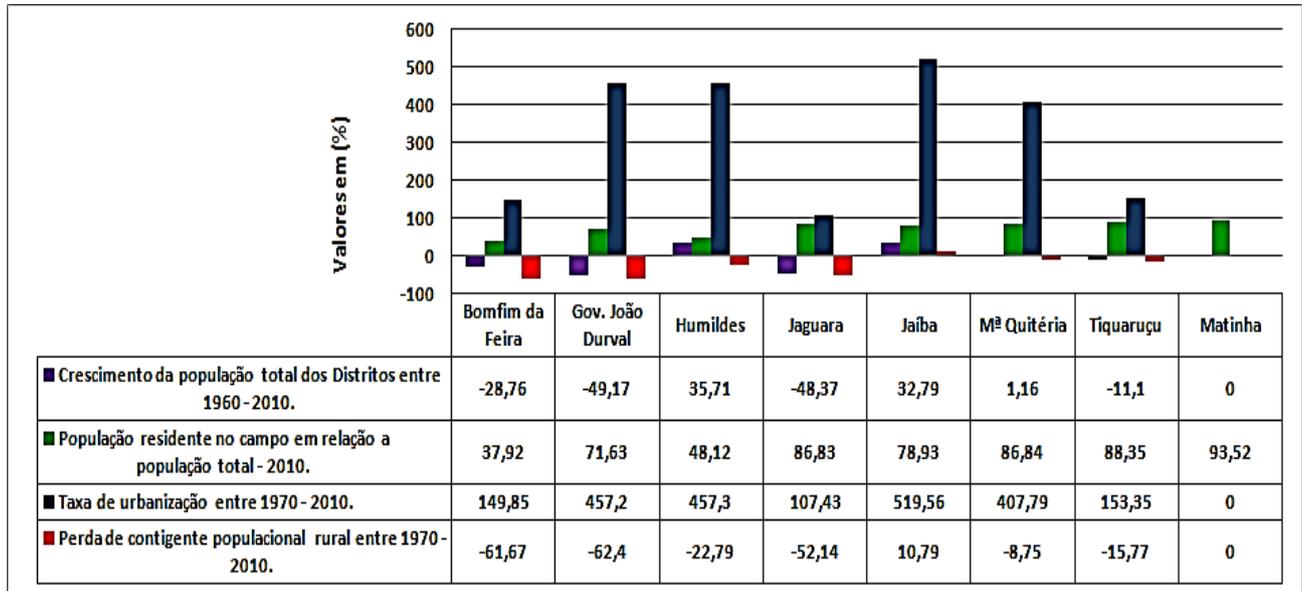


Figura 7. Município de Feira de Santana. Comportamento da população residente dos distritos, 1960 – 2010. Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1960 a 2010. Adaptação dos autores.

A urbanização e metropolização que se seguiu foi o resultado de uma dinâmica econômica, forjada principalmente pela força do comércio varejista decorrente de uma hierarquia urbana que coloca o município como capital regional, numa escala de subordinação das cidades vizinhas, pela opulência e intensa oferta de comércios e serviços. Pelos dados apresentados na (Figura 7), o que nos parece, quando observamos a sede do município de Feira de Santana, é que houve perdas de contingentes populacionais, tanto no tempo estabelecido (1960 - 2010), quanto no município como um todo; primeiro, um remanejamento da população rural para as sedes distritais e; segundo, para a sede municipal, a cidade de Feira de Santana. Ressaltamos que a população rural do município por si só não é suficiente para ampliar o contingente de população urbana na sede do município.

Argumentamos também que não apenas a migração da população rural do município para as sedes distritais foi um fator positivo para a redução dessa população em seu contingente, pois a mudança da condição de zona rural para zona urbana fez com que famílias, antes contadas como rurais passassem a ser enquadradas na efetiva população urbana, pois a cidade criou um novo zoneamento da área urbana, principalmente da sede do município.

Outro ponto que reforça o tema da transição de domicílio do rural para o urbano, a partir de vetores de crescimento, são os distritos mais populosos - Humildes, Maria Quitéria e Jaíba -, que se localizam na direção de empreendimentos imobiliários, residenciais e industriais, como agregados da

expansão urbana da sede municipal, “forçando” a passagem da população rural para urbana, mesmo que esta população rural mantenha os costumes locais ou a população urbana não absorva o modo de vida rural. Acreditamos que é necessário garantir o direito à cidade aos cidadãos, ou seja, aos que vivem na cidade, mas também o mesmo direito aos que vivem no campo.

A cidade de Feira de Santana se consolida como a segunda maior cidade do estado da Bahia e a maior do interior do estado, atraindo os mais diversos serviços, comércios e indústrias. Mantém-se sua população crescente, com saldo positivo e a consolidação da região metropolitana, vinculada às imobiliárias, justifica seu contingente populacional de 1 milhão de pessoas em circulação. O maior problema será harmonizar os diferentes estratos sociais e econômicos da sociedade para coexistirem no mesmo espaço municipal, sem os conflitos clássicos de uma população urbana, que se expande para o espaço rural do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto populacional, o campo e a cidade não são duas entidades dicotômicas. Fazem parte de uma mesma estrutura, onde mantêm fortes relações de interpenetralidade. Nesse sentido, é preciso levar em conta a totalidade para que as análises não sejam unilaterais. A relação campo-cidade no município de Feira de Santana segue a mesma estratégia dominante que impõe uma “ordem” que atende apenas a objetivos capitalistas, com uma lógica desenvolvimentista e modernista, que busca desvencilhar-se do rural, sem dar a devida atenção ao caráter de complementaridade entre o campo e a cidade, onde reside uma relação recíproca em que um constrói o outro.

Contudo, assistimos também a um processo de especulação fundiária protagonizado por agentes do capital imobiliário que zoneiam o espaço rural para transformá-lo em condomínios residenciais fechados e de luxo, com a utilização de segundas residências e a intensificação da oferta de infraestrutura urbana, que expande a cidade espalhada pelo uso do solo; além da expansão do próprio centro urbano e a formação de outros subcentros urbanos, com forte ênfase ao comércio varejista.

A proliferação de loteamentos, condomínios residenciais e indústrias, atrelados ao crescimento das áreas urbanas nas cidades vizinhas, refletem uma verticalização tardia do centro urbano de Feira de Santana em decorrência do crescimento econômico, populacional e imobiliário municipal. O campo, por sua vez, segue essa tendência de mudança e adaptação ao cotidiano da cidade. A partir das dicotomias da relação campo-cidade, são abordadas as diferentes concepções de rurbanização, entendida como uma nova realidade transformadora do espaço rural municipal, além da subjetividade da questão da ruralidade, entendida como complemento e parte do processo de produção do espaço, tendo na população, um elemento importante na construção da organização espacial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, M. C. de. *Agricultura e Capitalismo*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- Andrade, M. C. *Geografia econômica do Nordeste: O espaço da economia nordestina*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- Andrade, M. C. *Geografia econômica*. São Paulo: Atlas, 1979, 1998.
- Araujo, A. O. *Redes e centralidades em Feira de Santana (BA): o centro de abastecimento e comercialização do feijão*. Feira de Santana: Editora UEFS, 2014.
- Araujo, W. K. O. *A Relação Campo-Cidade no Município de Feira de Santana – BA: Renda da terra, campesinato e ruralidades*. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2015.
- Boserup, E. *Evolução agrícola e pressão demográfica*. São Paulo: Hucitec/Polis. 1987.
- Conceição, D. S. *Expansão urbana de Feira de Santana: loteamentos no bairro humildes*. 2021. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana. (Monografia de Graduação).
- Ferreira, D. S. *Uso do solo urbano de Feira de Santana: Uma análise comparativa entre a aplicação da Lei 1615/92 e o uso real da cidade*. 2011. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011. (Monografia de Graduação).
- Freire, L. C. M. *Nem tanto ao mar nem tanto a terra: Agricultura, escravidão e riqueza na Feira de Santana, 1850 – 1888*. Feira de Santana: Editora UEFS, 2011.
- Freitas, N. B. *O Descoroamento da Princesa do Sertão: Do “chão” ao território, ou “vazio” no processo de valorização do espaço*. São Cristóvão: NPGEO/UFS, 2014. (Dissertação de doutorado).
- Freitas, N. B. *Urbanização em Feira de Santana: Influência da industrialização: 1970-1996*. 1998. Salvador: Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 1998. (Dissertação de Mestrado).
- Furtado, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- Furtado, C. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Editora Nacional, 2003a.
- Furtado, C. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.
- Gomes, F. F. *As transformações socioeconômicas da agricultura no município de Feira de Santana – Bahia*. Salvador: Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 1999. (Dissertação de Mestrado).
- Gomes, I. R. *Agricultura e urbanização: Novas dinâmicas territoriais no Nordeste brasileiro*. Fortaleza: Centro de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará. 2007. (Dissertação de Mestrado).
- Guimarães, A. P. *A crise agrária*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.
- Holanda, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IBGE. *Censo Agropecuário*. Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 2006.
- IBGE. *Centro de documentação e divulgação de informação. Regras de apresentação tabular*. 3ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

- IBGE. Diagnóstico geoambiental e socio-econômico da bacia do Rio Paraguaçu-BA. Diretrizes Gerais para o ordenamento do território. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. (Série Estudos e Pesquisas em Geociências, nº 1).
- IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico da Bahia. Rio de Janeiro, IBGE, 2000, 2010.
- Jornal Feira Hoje. Inauguração do Centro de Abastecimento. Feira de Santana, 07 nov. 1976. In: Araujo, A. O. Redes e centralidades em Feira de Santana (BA): o centro de abastecimento e o comércio do feijão. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014. p. 66.
- Locatel, C. D. Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis – SP. Prudente Presidente: UNESP/FCT, 2004. (Tese de doutorado).
- Menezes, A.V. C. de. Estado e organização do espaço semiárido sergipano. Aracaju: UFS/NPGeo, 1999.
- Moreira, Rui. Formação espacial brasileira: uma contribuição crítica para a geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.
- Neves, E. F. Uma comunidade sertaneja: dá sesmaria ao minifúndio (estudo da história regional e local). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.
- Oliveira, A. U. de. Modo de produção capitalista e agricultura. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).
- Oliveira, F. de. A economia brasileira: crítica da razão dualista. In: Seleções CEBRAP: Questionando a economia brasileira, nº 1. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 5-78.
- Oliveira, F. de. Elegia para um Re(li)gião. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- Oliveira, M. L. S. Espaço urbano e modos de vida na favela: as vozes dos moradores da Rocinha em Feira de Santana-BA. Salvador: UNIFACS, 2010. (Tese de doutorado).
- Oliveira, M. L. S. Feira de Santana no contexto da urbanização brasileira e a busca pela moradia na favela. Feira de Santana: Editora UEFS, 2014.
- OTT, C. O povoamento do Recôncavo Baiano pelos engenhos. v.1. Salvador: Bigraf, 1996.
- Poppino, R. E. Feira de Santana. Salvador: Editora Itapuã, 1968.
- Prado Jr., C. História econômica do Brasil. 46 (reimpressão). São Paulo: Brasileiro, 2004.
- Rodrigues, A. M. Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade do solo urbano e segregação socioespacial. Vasconcelos, P. A.; Corrêa, R. L.; Pintaudi, S. M. (Org.). Cidade Contemporânea: Segregação Espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 147 – 168.
- Rodrigues, A. M. Moradia nas cidades brasileiras. São Paulo: Contexto, 1994.
- Santos, B. S., R. L., Santo, S. M. Análise espacial aplicada à expansão de condomínios fechados na cidade de Feira de Santana (BA). IV Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias de Geoinformação. Recife - PE, 06 a 09 de maio de 2012. 2012. p. 001 – 009.

- Santos, C. R. Interações espaciais e redes entre o comércio de hortaliças da Central de Abastecimento e os supermercados da cidade de Feira de Santana – BA. 2009 – Salvador: Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2009. (Dissertação de Mestrado).
- Santos, J. A. L. dois. Implicações do Pronaf na produção do espaço rural do município de Feira de Santana – BA (1999/2006). 2007. Salvador: Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2007. (Dissertação de Mestrado).
- Santos, M. Pobreza urbana. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1979.
- Santos, M. Centro da cidade de Salvador. Estudo de Geografia Urbana. Salvador: Universidade da Bahia, 1959. (Tese de Doutorado).
- Santos, S. de. Urbanização recente em Feira de Santana – Bahia: uma análise da avenida Artêmia Pires de Freitas – SIM. Feira de Santana: UEFS, 2013. (Monografia).
- Silva, S. C. B. de M. Subsistema urbano-regional de Feira de Santana. Recife: SUDENE, 1985.
- Sposito, M. E. B. Capitalismo e urbanização. São Paulo: Contexto, 1994.
- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. Os “novos mundos rurais” da Bahia. Salvador: SEI, 1999. (Série Estudos e Pesquisas, 42).
- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. Força de trabalho agrícola na Bahia. Salvador: SEI, 2000. (Série Estudos e Pesquisas, 46).

Índice Remissivo

B

basic statistics, 67, 70, 74, 76
Bibliometria, 57

Ch

Chromebooks, 5, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 75, 76,
77

C

Cidade, 82
Constitución, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33,
35, 36, 37

D

Derechos Fundamentales, 26, 27, 28, 30, 31, 37

G

Google Classroom, 5, 66, 67, 68, 70, 71, 74, 76
Google for Education, 5, 67, 75, 76

P

Pandemia, 62
População, 82

S

Saúde, 55

T

Teaching, 24, 66, 67, 68, 69, 74, 75, 76

Sobre os organizadores



  **Bruno Rodrigues de Oliveira**

Graduado em Matemática pela UEMS/Cassilândia (2008). Mestrado (2015) e Doutorado (2020) em Engenharia Elétrica pela UNESP/Ilha Solteira. Pós-doutorado pela UFMS/Chapadão do Sul na área de Inteligência Artificial. É editor na Pantanal Editora e Analista no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Tem experiência nos temas: Matemática, Processamento de Sinais via Transformada Wavelet, Análise Hierárquica de Processos, Teoria de Aprendizagem de Máquina e Inteligência Artificial, com ênfase em aplicações nas áreas de Engenharia Biomédica, Ciências Agrárias e Organizações Públicas. Contato: bruno@editorapantanal.com.br



  **Alan Mario Zuffo**

Engenheiro Agrônomo, graduado em Agronomia (2010) na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mestre (2013) em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutor (2016) em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) na Universidade Federal de Lavras (UFLA). Pós - Doutorado (2018) em Agronomia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Atualmente, possui 165 artigos publicados/aceitos em revistas nacionais e internacionais, 127 resumos simples/expandidos, 66 organizações de e-books, 45 capítulos de e-books. É editor chefe da Pantanal editora e revisor de 18 revistas nacionais e internacionais. Professor adjunto na UEMA em Balsas. Contato: alan_zuffo@hotmail.com.



  **Jorge González Aguilera**

Engenheiro Agrônomo, graduado em Agronomia (1996) na Universidad de Granma (UG), Bayamo, Cuba. Especialista em Biotecnologia (2002) pela Universidad de Oriente (UO), Santiago de Cuba, Cuba. Mestre (2007) em Fitotecnia na Universidade Federal do Viçosa (UFV), Minas Gerais, Brasil. Doutor (2011) em Genética e Melhoramento de Plantas na Universidade Federal do Viçosa (UFV), Minas Gerais, Brasil. Pós - Doutorado (2016) em Genética e Melhoramento de Plantas na EMBRAPA Trigo, Rio Grande do Sul, Brasil. Professor Visitante (2018-2022) na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) no campus Chapadão do Sul (CPCS), MS, Brasil. Professor substituto (2023-Atual) na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Cassilândia, MS, Brasil. Atualmente, possui 91 artigos publicados/aceitos em revistas nacionais e internacionais, 29 resumos simples/expandidos, 56 organizações de e-books, 40 capítulos de e-books. É editor da Pantanal Editora e da Revista Agrária Acadêmica, e revisor de 19 revistas nacionais e internacionais. Contato: j51173@yahoo.com, jorge.aguilera@ufms.br.



ID Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Pedagoga, graduada em Pedagogia (2020) na Faculdades Integradas de Cassilândia (FIC). Estudante de Especialização em Alfabetização e Letramento na Universidade Cathedral (UniCathedral). É editora Técnico-Científico da Pantanal Editora. Contato: rlustosa@hotmail.com.br



ID Aris Verdecia Peña

Médica, graduada em Medicina (1993) pela Universidad de Ciencias Médica de Santiago de Cuba. Especialista em Medicina General Integral (1998) pela Universidad de Ciencias Médica de Santiago de Cuba. Especializada em Medicina en Situaciones de Desastre (2005) pela Escola Latinoamericana de Medicina em Habana. Diplomada em Oftalmología Clínica (2005) pela Universidad de Ciencias Médica de Habana. Mestrado em Medicina Natural e Bioenergética (2010), Universidad de Ciencias Médicas de Santiago de Cuba, Cuba. Especializada em Medicina Familiar (2016) pela Universidade de Minas

Gerais, Brasil. Professora e Instructora da Universidad de Ciencias Médicas de Santiago de Cuba (2018). Ministra Cursos de pós-graduação: curso Básico Modalidades de Medicina Tradicional em urgências e condições de desastres. Participou em 2020 na Oficina para Enfrentamento da Covi-19. Atualmente, possui 11 artigos publicados, e dez organizações de e-book.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br